

**Fundo de Investimento do
Fundo de Garantia do Tempo de
Serviço – FI-FGTS**

**(CNPJ: 09.234.078/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotista
Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS (o “Fundo”), que compreendem a demonstração da composição e diversificação das aplicações em 31 de dezembro de 2012 e a demonstração da evolução do patrimônio líquido do exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota 5.1 (c), o Fundo apresenta, em 31 de dezembro de 2012, valores a receber do exercício da opção de venda da totalidade das ações de empresa sem cotação em bolsa. Devido às incertezas que, presentemente, envolvem a definição do valor de realização desse ativo, a Administradora do Fundo decidiu por manter o saldo em 31 de dezembro de 2012 pelo mesmo valor contábil registrado antes do exercício da opção de venda, esse saldo contábil no montante de R\$ 275.397 mil corresponde a 1,06% do patrimônio líquido do Fundo. Entretanto, as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que um ativo financeiro seja mensurado pelo seu valor estimado de realização. Nas circunstâncias, devido à ausência da mensuração do valor estimado de realização desse ativo pelo Fundo, decorrente das incertezas mencionadas na Nota 5.1 (c), não nos foi praticável determinar o montante do ajuste a ser feito no saldo do referido ativo nessa data.

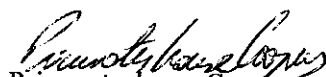
Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não quantificados do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho das suas operações do exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Ênfase

Conforme descrito nas Notas 3 (c) e 5, o Fundo investe em empresas de capital fechado, e as suas ações não são cotadas em bolsa de valores nem negociadas de forma frequente em mercados organizados. Tais investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, ajustado por provisão para perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Dessa forma, o valor de tais investimentos poderá vir a ser significativamente diferente quando da sua efetiva realização financeira, com a consequente repercussão no valor da cota do Fundo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

São Paulo, 7 de junho de 2013


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF


Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1 "S" DF

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.078/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Demonstração da composição e diversificação das aplicações
em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

<u>Aplicações/especificações</u>	<u>Tipo</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor atual</u>	<u>% sobre o patrimônio líquido</u>
Disponibilidades			<u>1</u>	<u>-</u>
Banco conta movimento			1	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez		<u>2.573.061</u>	<u>6.800.738</u>	<u>25,73</u>
Notas do Tesouro Nacional		2.573.061	6.800.738	25,73
Títulos públicos		<u>1.000</u>	<u>5.448</u>	<u>0,02</u>
Letras Financeiras do Tesouro		1.000	5.448	0,02
Debêntures não conversíveis em ações		<u>3.940.248</u>	<u>12.670.391</u>	<u>47,93</u>
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		700.000	5.699.954	21,56
Eldorado Brasil Celulose S.A.		940.000	945.534	3,58
Madeira Energia S.A. MESA		518.909	806.289	3,05
Santo Antonio Energia S.A.		760.060	788.902	2,98
LLX Açú Operações Portuárias S.A.		750.000	778.813	2,95
Teles Pires Participações S.A.		65.000	680.984	2,58
Light Serviços de Eletricidade S.A.		470	472.654	1,79
Light Energia S.A.		30	30.169	0,11
Cibe Energia e Participações S.A.		3.729	394.590	1,49
Viarondon Concessionária de Rodovias S.A.		300	321.456	1,22
Alupar Investimento S.A.		300	310.812	1,18
OAS Engenharia e Participações S.A.		250	282.310	1,07
MRS Logística S.A.		30.000	270.418	1,02
ALL América Latina Logística Malha Sul S.A.		1	171.978	0,65
ALL América Latina Logística Malha Paulista S.A.		1	171.978	0,65
ALL América Latina Logística Malha Norte S.A.		1	171.978	0,65
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA		171.000	150.152	0,57
Iracema Transmissora de Energia S.A.		109	119.687	0,45
TESC- Terminal Santa Catarina S.A.		88	101.733	0,38
Cotas de fundos		<u>1.023.012.149</u>	<u>1.269.069</u>	<u>4,80</u>
Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento	Cotas	500.000.000	597.508	2,26
Fundo de Investimento Participações Amazonia Energia	Cotas	522.812.049	444.962	1,68
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE V - GT	Cotas	200.000	126.038	0,48
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energia 2008	Cotas	100	100.561	0,38
Ações sem cotação em bolsa		<u>930.336.752</u>	<u>5.189.446</u>	<u>19,61</u>
Odebrecht TransPort.Participações S.A.		54.642.462	2.070.808	7,83
Foz do Brasil S.A.		129.846.574	677.954	2,56
Cone S.A.		35.099.302	730.333	2,76
Logbras Participações Desenvolvimento Logístico S.A.		30.750.000	30.744	0,12
Alupar Investimento S.A.		29.243.000	534.551	2,02
Energimp S.A.		460.437.026	531.294	2,01
Hidrotérmica S.A.		55.667.283	134.965	0,51
J. Malucelli Energia S.A.		179.681	291.593	1,10
Ijuí Energia S.A.		42.041.590	31.623	0,12
Foz do Rio Claro Energia S.A.		40.991.800	35.096	0,13
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.		18.069.239	20.519	0,08
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.		17.523.345	22.065	0,08
ERB - Energias Renováveis do Brasil S.A.		15.845.450	24.309	0,09
MDCPar S.A.		126.345	53.592	0,20
Ações preferenciais resgatáveis		<u>67.796.610</u>	<u>218.832</u>	<u>0,84</u>
Hidrotérmica S.A.		67.796.610	218.832	0,84
Valores a receber			<u>316.914</u>	<u>1,20</u>
Valores a receber			290.397	1,10
Dividendos e bonificações			26.517	0,10
Total do ativo			<u>26.470.839</u>	<u>100,13</u>
Valores a pagar			<u>38.229</u>	<u>0,14</u>
Ações a liquidar			22.208	0,08
Taxa de administração			15.692	0,06
Outros			329	-
Patrimônio líquido			<u>26.432.610</u>	<u>99,99</u>
Total do passivo e patrimônio líquido			<u>26.470.839</u>	<u>100,13</u>

As notas explicativas da Administradora são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS

(CNPJ: 09.234.078/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

**Demonstração das movimentações do patrimônio líquido
exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Patrimônio líquido no início do exercício		
Representado por 16.523.903.968,970 cotas a R\$ 1,271922 cada	21.017.118	
Representado por 15.995.904.577,263 cotas a R\$ 1,181760 cada		18.903.325
Cotas emitidas no exercício		
2.858.069.264,993 cotas	3.757.854	
527.999.391,707 cotas		649.367
Patrimônio líquido antes do resultado do exercício	<u>24.774.972</u>	<u>19.552.692</u>
Resultados do exercício		
Receitas	<u>1.428.463</u>	<u>1.573.861</u>
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	458.743	414.398
Rendas de títulos e valores mobiliários	969.720	1.159.463
Resultado da avaliação dos investimentos em ações sem cotação em bolsa	<u>405.559</u>	<u>50.043</u>
Resultado de avaliação dos investimerntos	222.752	50.043
Lucro na alienação de ações	182.807	-
Despesas	<u>(176.384)</u>	<u>(159.478)</u>
Taxa de administração	(175.531)	(159.207)
Custódia	(196)	(138)
Taxa de fiscalização	(43)	(43)
Serviços técnicos especializados	(614)	(90)
Resultado do exercício	<u>1.657.638</u>	<u>1.464.426</u>
Patrimônio líquido no final do exercício		
Representado por 19.381.973.233,963 cotas a R\$ 1,363773 cada	<u>26.432.610</u>	
Representado por 16.523.903.968,970 cotas a R\$ 1,271922 cada		<u>21.017.118</u>

As notas explicativas da Administradora são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais**

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, (“Fundo”), criado por autorização da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, iniciou suas atividades em 1º de julho de 2008, constituído nos termos disciplinados pela Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, e por resoluções do Conselho Curador do FGTS (CCFGTS”) sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. O destina-se a receber aplicações de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS quando autorizado pelo CCFGTS, do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS e tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas por meio da aplicação de seus recursos na construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia e saneamento, por meio das seguintes modalidades de ativos financeiros e/ou participações: instrumentos de participação societária, debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa, cotas de fundo de investimento imobiliário, cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, cotas de fundo de investimento em participação, certificados de recebíveis imobiliários, contratos derivativos e títulos públicos federais.

O Fundo pode atuar no mercado de derivativos, com a finalidade de proteção dos demais ativos integrantes da carteira.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo, estão expostos aos riscos inerentes aos mercados, setores e empresas a que estiverem investidos, bem como aos fatores econômicos, conjunturais e de mercado que influenciam suas atividades e performance.

São garantidos aos recursos alocados ao Fundo, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas na forma do artigo 7º, inciso IX, da Lei nº 8.036/90.

Os investimentos em fundos não são garantidos pelo Administrador, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Administradora.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

2 **Elaboração das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, complementadas pelas normas previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), especificamente a Instrução CVM nº 462 de 26 de novembro de 2007, pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), pela Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007 e por demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), quando aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 **Descrição das principais práticas contábeis**

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

a. Apuração do resultado

A Administradora adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se à compra de títulos com o compromisso de revenda em data futura com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizados sempre com instituições financeiras do mercado.

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

c. Títulos e valores mobiliários

Consoante com a Circular BACEN nº 3.086 de 15 de fevereiro de 2002, os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria “Títulos para negociação”.

c.1. Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são atualizados diariamente pelo valor da cota divulgada pela Administradora.

c.2. Títulos públicos federais (LFT)

Os títulos públicos integrantes da carteira do Fundo são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação. As Letras Financeiras do Tesouro são atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins diários publicados pela ANBIMA.

c.3. Debêntures não conversíveis em ações

As debêntures não conversíveis em ações, por serem objeto de emissão privada em que o Fundo figura como único debenturista, e que até a presente data não são negociadas no mercado secundário e que, portanto, não possuem referência de preços de negociação, são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis*, de acordo com as respectivas escrituras de emissão, conforme previsto no regulamento do Fundo.

O Fundo é um fundo aberto e tem o objetivo de investir em infraestrutura e conferir a seus investimentos e investidores um retorno financeiro de acordo com a sua política de investimentos, tais como estruturas customizadas as necessidades dos projetos de infraestrutura e a iliquidez nos mercados em que tais títulos são negociados. Essa particularidade, somada à (i) necessidade de seus ativos refletirem a precificação e as condições descritas nos instrumentos das operações; e (ii) atender prontamente as deliberações de seu Comitê de Investimento, as resoluções emanadas do CCFGTS e o regulamento do Fundo, as debêntures não conversíveis em ações foram classificadas na categoria Títulos para negociação, sendo seu valor de mercado equivalente, aproximadamente, ao valor contábil.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais**

c.4. Ações sem cotação em bolsa

As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercados de balcão organizado são avaliadas pelo seu valor de equivalência patrimonial, atualizado com base nas demonstrações financeiras da respectiva sociedade investida, acrescido ou deduzido, conforme o caso, do ágio ou deságio registrado à época da aquisição do investimento.

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição e o valor patrimonial da parcela do capital da companhia adquirida.

c.5. Redução do valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos são revisados a cada data de balanço para avaliar se há necessidade de reconhecimento de alguma perda por redução ao valor recuperável do investimento. Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo e reconhece-se a perda, caso o valor contábil seja superior ao seu valor recuperável. Caso os aspectos que determinaram o reconhecimento de provisão para perda ao valor de recuperação do ativo em períodos anteriores não mais se façam presentes, é feita a reversão da referida provisão, até o limite do saldo da mesma. Essa revisão é efetuada, no mínimo, uma vez ao ano e os acréscimos/decrécimos são reconhecidos no resultado do exercício.

c.6. Ações preferenciais resgatáveis

As ações preferenciais resgatáveis (Nota 5.2) são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal atualizado pela variação acumulada do IPCA, desde a data de subscrição das ações até a data de cada pagamento de dividendos. As ações terão direito a dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor do principal.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais**

4 Debêntures não conversíveis em ações

Os investimentos em debêntures estão apresentados em 31 de dezembro de 2012 conforme quadro abaixo:

Emissora		Valor em 31/12/2012	Valor em 31/12/2011	Valor da emissão	Data de Emissão	Data Final de Vencimento
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	(a)	5.699.954	6.275.753	7.000.000	23/12/2008	15/10/2029
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(b)	945.534	-	940.000	01/12/2012	01/12/2027
Madeira Energia S.A. - MESA	(c)	806.289	2.070.474	518.909	02/04/2009	30/09/2013
Santo Antônio Energia S.A.	(d)	788.902	-	770.448	25/10/2012	01/11/2036
LLX Açú Operações Portuárias S.A.	(e)	778.813	-	750.000	15/09/2012	15/09/2027
Teles Pires Participações S.A.	(f)	680.984	-	650.000	30/05/2012	30/05/2032
Light Serviços de Eletricidade S.A.	(g)	472.654	-	470.000	10/09/2012	04/06/2026
Light Energia S.A.	(h)	30.169	-	30.000	10/09/2012	04/06/2026
Cibe Energia e Participações S.A.	(i)	253.660	-	252.976	24/08/2012	31/08/2013 (1ª série)
		140.930	-	140.498	24/08/2012	18/01/2017 (2ª série)
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	(j)	321.456	-	300.000	04/06/2012	04/06/2027
Alupar Investimento S.A.	(k)	310.812	-	300.000	30/05/2012	30/05/2027
OAS S.A.	(l)	282.310	-	250.000	13/01/2012	13/01/2027
MRS Logística S.A.	(m)	270.418	316.056	300.000	09/06/2010	01/02/2020
ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.	(n)	171.978	175.144	166.667	08/09/2008	31/07/2018
ALL América Latina Logística Malha Paulista S.A.	(n)	171.978	175.144	166.666	10/09/2008	31/07/2018
ALL América Latina Logística Malha Norte S.A.	(n)	171.978	175.144	166.667	08/09/2008	31/07/2018
EPESA - Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	(o)	150.152	163.505	171.000	23/01/2009	23/01/2024
IRACEMA - Iracema Transmissora de Energia S.A.	(p)	119.687	120.994	109.000	10/12/2010	10/12/2035
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.	(q)	101.733	103.587	88.000	18/12/2009	18/12/2029
TOTAL		12.670.391	9.575.801	13.540.831		

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais**

As debêntures contam com garantias nos termos das correspondentes escrituras particulares de emissão de debêntures, representadas, principalmente, por fianças prestadas, alienação, cessão e garantias fiduciárias; penhor de direitos; e hipotecas de imóvel.

a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei nº 1.628, como Autarquia Federal, Posteriormente, com a Lei nº 5.662 e o Decreto nº 68.786, ambos de 21 de junho de 1971, foi transformado em empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio e sujeita às normas gerais orçamentárias e contábeis e à disciplina normativa do Conselho Monetário Nacional.

O Sistema BNDES, composto pelo BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada.

A finalidade dos recursos obtidos pelo emissor é para aplicação integral em projetos dos setores de energia, rodovia, hidrovia, porto e saneamento, atendendo ao disposto na Lei 11.491/2007.

b) Eldorado Brasil Celulose S.A.

A Eldorado Brasil Celulose S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, cujo registro foi obtido em 6 de junho de 2012 na categoria de ações negociadas em balcão, constituída sob as leis brasileiras com sede no município de Três Lagoas, no Estado do Mato Grosso do Sul e tem como principal objeto social a produção de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto e o processamento de biomassa para produção de energia.

A companhia concluiu a construção de sua fábrica no município de Três Lagoas e iniciou sua produção em dezembro de 2012.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais**

c) Madeira Energia S.A. - MESA

A Madeira Energia S.A. – MESA é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, e tem por objetivo a construção e exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio localizada em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, e do seu Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público nº 001/2008-MME.

d) Santo Antônio Energia S.A.

A Santo Antônio Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de janeiro de 2008 e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação e exploração da referida hidrelétrica e seus sistema de transmissão associado.

A construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, que prevê capacidade mínima instalada de 3.150,4 MW, com a implantação de 44 turbinas do tipo “Bulbo” que operam em rios de baixa queda e grande vazão de água, teve seu início no segundo semestre de 2008.

e) LLX Açú Operações Portuárias S.A.

A LLX Açú Operações Portuárias S.A. foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário.

f) Teles Pires Participações S.A.

A Teles Pires Participações S.A. é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A companhia foi criada com um propósito específico, de participar, estudar, planejar, investir e operar, direta ou indiretamente, na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica de Teles Pires.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais**

A usina localizada no rio Teles Pires entre os estados do Pará e Mato Grosso terá potência instalada de 1.820 MW, energia assegurada de 915,4 MW médios e será composta por 5 turbinas Francis Eixo Vertical de 364 MW.

g) Light Serviços de Eletricidade S.A.

A Light Serviços de Eletricidade S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto e tem como controladora a Light S.A.. A companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro e tem seu objeto social a distribuição de energia elétrica, por meio de concessão pública iniciada em julho de 1996 com vencimento previsto para julho de 2026.

Sua área de concessão abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 4,2 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondentes a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas. A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobras (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense e do PROINFA.

h) Light Energia S.A.

A Light Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, subsidiária da Light S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, que tem como objeto social: (a) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes, com vista à exploração econômica e comercial; (c) prestar serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (d) ceder onerosamente faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que sejam contabilizadas em separado e que a cessão seja previamente aprovada pela autoridade que outorgue concessão, autorização ou permissão para a companhia realizar quaisquer das atividades previstas em seu objeto social; (e) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto; e, (f) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista. A Light Energia compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Novas, com potência

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais**

instalada total de 855 MW. O prazo de concessão da companhia é de 30 anos, com vencimento previsto para junho de 2026.

i) Cibe Energia e Participações S.A.

Tem como finalidade a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, e em atividades de consultoria, assistência técnica e manutenção e administração de empresas relacionadas aos negócios em que a companhia participar, direta ou indiretamente, especialmente no que tange a projetos relacionados à produção de energia, seja de qualquer natureza for, nas esferas municipais, estaduais e/ou federais.

j) ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Lins, estado de São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009. O objeto social da companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na cidade de Castilho, ambas cidades no Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

k) Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais**

de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em 2 empresas *holdings*, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste) e Alupar Inversiones Peru.

l) OAS S.A.

A OAS S.A. e suas controladas tem por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada, gerenciamento e execução de projetos e obras, compra e venda de imóveis e corretagem, investimento e/ou participação em outras sociedades, consórcios, condomínios, e/ou fundos de investimentos e/ou imobiliários bem como realizar investimentos e/ou participações em infraestrutura inclusive sob a forma de exploração, direta ou indireta mediante controladas ou coligadas, de concessões, permissões ou autorizações de serviço público ou de uso de bem público.

m) MRS Logística S.A.

A MRS Logística S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto constituída em 30 de agosto de 1996 com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

n) ALL – América Latina Logística S.A.
(Malha Norte/Malha Paulista/Malha Sul)

A ALL – América Latina Logística S.A. foi constituída em 31 de dezembro de 1997, tendo sua sede na cidade de Curitiba, Paraná. Tem como principais objetivos sociais: (i) participar de outras sociedades, empreendimentos e consórcios, cujo objeto seja relacionado com serviços de transporte, inclusive ferroviário; (ii) explorar atividades relacionadas a serviços de transporte, tais como logística, intermodalidade, operação portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias, exploração e administração de entrepostos de armazenagem e armazéns gerais; e (iii) adquirir, arrendar ou emprestar locomotivas, vagões e outros equipamentos ferroviários para terceiros.

A companhia opera no transporte ferroviário na região Sul do Brasil, através da ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo através das controladas ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. Opera na Argentina através de sua controlada ALL – América Latina Logística Argentina S.A. (ALL Argentina), *holding* das empresas ALL - América Latina Logística - Central S.A. (ALL Central) e ALL - América Latina Logística Mesopotâmica S.A. (ALL Mesopotâmica).

o) EPESA – Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.

A Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. EPESA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife, estado de Pernambuco, constituída em 1º de março de 2004 com o objetivo de produzir potência sob a forma de energia elétrica e térmica e realizar a sua comercialização e atividades correlatas. A companhia opera com duas usinas termelétricas, UTE Pau Ferro I e UTE Termomanaus, ambas localizada no município de Igarassu, no estado de Pernambuco.

p) Iracema Transmissora de Energia S.A.

A Iracema Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais**

complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentação em vigor.

A companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção de linha de transmissão com capacidade de 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 400 km, com origem na subestação São João do Piauí, localizada no estado do Piauí, e término na subestação Milagres, no estado do Ceará.

q) TESC – Terminal Santa Catarina S.A.

A TESC - Terminal Santa Catarina S.A. tem por objeto social a construção e operação de instalações portuárias de uso público, especializadas na movimentação e armazenagem de mercadorias, no Porto Organizado de São Francisco do Sul, localizado no estado de Santa Catarina.

A companhia tem como característica principal a de ser um terminal de múltiplo uso com foco em contêiner, mas com estrutura para operar outros tipos de carga, como produtos florestais renováveis, granel sólido de importação e produtos siderúrgicos, como bobinas e chapas de aço.

5 Investimento em ações sem cotação em bolsa

5.1 – Composição

Os investimentos em ações sem cotação em bolsa estão apresentados em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 conforme quadros abaixo:

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais**

Empresas	Saldo Contábil em 31/12/2011	31 de dezembro de 2012				Resultado de avaliação do investimento em ações - 2012		
		Valor Patrimonial	Ágio	Redução ao valor recuperável	Saldo Contábil em 31/12/2012	Reversão de provisão por redução ao valor recuperável	Equivalência Patrimonial de 2012	Total
Alupar Investimento S.A.	(a) 527.740	291.544	243.007	-	534.551	-	6.811	6.811
Cone S.A.	(b) 576.454	577.263	280.119	(127.049)	730.333	140.297	13.580	153.877
Empresa de Eletricidade Vale	(c) 289.229	-	-	-	-	-	-	-
Energimp S.A.	(d) 541.032	380.020	151.274	-	531.294	-	(9.738)	(9.738)
ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.	(e) 13.184	23.652	657	-	24.309	-	(7.449)	(7.449)
Foz do Brasil S.A.	(f) 632.817	295.470	382.484	-	677.954	19.783	25.354	45.137
Foz do Rio Claro Energia S.A.	(g) 49.990	35.096	-	-	35.096	-	(14.894)	(14.894)
Hidrotérmica S.A.	(h) 145.819	43.692	91.273	-	134.965	-	(10.854)	(10.854)
Ijuí Energia S.A.	(i) 33.189	31.623	-	-	31.623	-	(1.566)	(1.566)
J Malucelli Energia S.A.	(j) 226.790	112.955	178.638	-	291.593	-	(15.804)	(15.804)
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	(k) 30.809	30.744	-	-	30.744	-	(65)	(65)
MDCPAR S.A.	(l) 49.100	21.977	31.615	-	53.592	-	(1.966)	(1.966)
Nova Cibe Energia S.A.	(m) 194.784	-	-	-	-	-	-	-
Odebrecht TransPort S.A.	(n) 1.995.965	791.328	1.279.480	-	2.070.808	-	74.843	74.843
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	(o) 24.276	22.065	-	-	22.065	-	3.067	3.067
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	(p) 24.063	20.519	-	-	20.519	-	1.353	1.353
TOTAL 2012	5.355.241	2.677.948	2.638.547	(127.049)	5.189.446	160.080	62.672	222.752
TOTAL 2011						(207.892)	257.935	50.043

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais**

Empresas	Quantidade de ações possuídas (quantidade unitárias)					
	2012			2011		
	ON	PN	Participação no capital total da sociedade %	ON	PN	Participação no capital total da sociedade %
Alupar Investimento S.A.	9.747.668	19.495.332	17,84%	29.243.000	-	17,84%
Cone S.A.	35.099.302	-	39,75%	35.099.302	-	39,75%
Energimp S.A.	460.437.026	-	45,00%	460.437.026	-	45,00%
ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.	15.845.450	-	49,90%	8.960.165	-	49,00%
Foz do Brasil S.A.	129.846.574	-	26,53%	129.846.574	-	26,53%
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	40.991.800	49,99%	-	40.991.800	49,99%
Hidrotérmica S.A.	55.667.283	67.796.610	21,33%	55.667.283	67.796.610	21,33%
Ijuí Energia S.A.	-	42.041.590	49,99%	-	42.041.590	49,99%
J Malucelli Energia S.A.	179.681	-	40,81%	85.556	-	36,49%
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	30.750.000	-	45,00%	30.750.000	-	45,00%
MDCPAR S.A.	126.345	-	38,00%	95.810	-	38,00%
Odebrecht Transport S.A.	54.642.462	-	30,00%	73.039.738	-	30,00%
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	-	17.523.345	39,99%	-	21.904.181	49,99%
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	-	18.069.239	39,99%	-	22.586.549	49,99%
Nova Cibe Energia S.A.	-	-	-	313.195.150	-	49,65%
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	-	-	-	29.468.527	58.937.056	37,08%
	792.341.791	205.917.916		1.165.888.131	254.257.786	

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais**

a. Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. (“Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou cotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em 2 empresas *holdings*, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste) e Alupar Inversiones Peru.

Em 05 de julho de 2012, o Fundo recebeu R\$ 8.484 a título de distribuição de dividendos de acordo com a participação acionária detida pelo Fundo na companhia.

Por meio de ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de novembro de 2012, o Fundo converteu 19.495.332 ações ordinárias de emissão da Alupar em ações preferenciais, à razão de 1 (uma) ação ordinária para 1 (uma) ação preferencial.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 22 de fevereiro de 2013.

b. Cone S.A.

A Cone S.A. é uma entidade domiciliada na cidade de Recife, estado de Pernambuco, constituída em 06 de abril de 2010 por meio da contribuição de ativos e projetos detidos pela antiga controladora, Moura Dubeux Engenharia S.A. Em desenvolvimento desde 2007, tem o objetivo de prover a infraestrutura e competências logísticas integradas para regiões próximas a polos de investimentos, com foco no nordeste do Brasil, com o objetivo de explorar o potencial logístico e de infraestrutura industrial por meio da implantação e exploração de empreendimentos logísticos e de

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS**

**(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011**

Em milhares de reais

infraestrutura industrial na região do Complexo Portuário e Industrial de Suape, em Pernambuco.

A Cone S.A., através de uma plataforma multiempreendimentos visa atender a uma necessidade do mercado formada pela demanda por áreas dotadas de infraestrutura de qualidade que sejam capazes de abrigar empreendimentos e, ao mesmo tempo, prover serviços e competências logísticas para atender a demanda oriunda da região de influência direta do Complexo Portuário de Suape.

Em 16 de março de 2012, o Fundo integralizou recursos na Cone S.A. no montante de R\$ 52.600, cujas ações foram subscritas pelo Fundo em 27 de setembro de 2010, por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária da companhia.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 28 de março de 2013.

c. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.

A Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (“Companhia” ou “EEVP”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo – SP, controlada pela Denerge – Desenvolvimento Energético S.A. (“Denerge”), que atua exclusivamente como holding, controladora de participações societárias, tendo como objetivo principal a participação acionária em empresas controladas e coligadas, diretas e relativas (indiretas), vinculadas à atividade de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como atividades necessárias ou úteis à consecução do seu objeto social ou com ele relacionado. A Companhia detém investimento na controlada direta, Rede Energia S.A. que tem por objetivo a produção, transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão legal e nos termos da legislação em vigor, podendo participar de outras sociedades congêneres e exercer atividades necessárias ou úteis à consecução do seu objeto social ou com ele relacionado.

Em 22 de novembro de 2012 o FI-FGTS (“Fundo”) exerceu a opção de venda da totalidade das ações de emissão da EEVP de sua titularidade em face da Denerge – Desenvolvimento Energético S.A. (“Denerge”), controladora da EEVP, conforme previsto no “Instrumento Particular de Outorga de Opção de Venda e Permuta de Ações” celebrado entre o FI-FGTS e a Denerge, em 09 de agosto de 2010, pelas razões dispostas na Notificação de Exercício da Opção de Venda.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais**

O exercício da opção de venda foi precedido de uma série de notificações que alertavam a EEVP e a Denerge quanto ao descumprimento dos compromissos assumidos perante o FI-FGTS no Acordo de Investimentos e nos demais documentos que regulam o investimento do Fundo na Companhia.

Devido ao exercício da opção de venda, o FI-FGTS, até então acionista da companhia EEVP, passa a condição de credor da Denerge, não mais exercendo seus direitos de outora enquanto acionista, assim não mais se fazendo representar em Reuniões de Conselho ou Assembleias de Acionistas e não perfazendo direitos econômicos de acionistas.

Portanto, com o exercício da opção de venda, a Denerge foi notificada para efetuar o pagamento do preço do exercício, no montante de R\$ 712.520, no prazo e condição dispostas nos instrumentos firmados quando do investimento em 2010.

Tendo em vista o protocolo de pedido de recuperação judicial da Denerge e demais empresas do Grupo, em data posterior ao exercício da opção de venda, porém antes do efetivo pagamento devido pelo exercício da opção de Venda, o FI-FGTS foi listado como credor, na classe de créditos com garantia real dentro do processo de Recuperação Judicial.

Em 15 de março de 2013, foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial conjunto da Rede Energia S.A., Companhia Técnica de Comercialização de Energia, QMRA Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema S.A. (EEVP), conjuntamente denominadas “Grupo Rede”, com o objetivo de permitir ao Grupo Rede (i) equacionar sua situação econômico-financeira, (ii) levantar a intervenção nas Concessionárias Rede e (iii) atender aos interesses e preservar os direitos dos credores, estabelecendo a fonte de recursos, condições e cronogramas de pagamentos, de forma a viabilizar a manutenção das atividades relativas à distribuição, comercialização e geração de energia desenvolvidas pelo Grupo Rede, preservando as concessões outorgadas às Concessionárias do Grupo Rede e o pleno atendimento aos serviços públicos à população das respectivas áreas de concessão.

O plano apresentado pelo Grupo Rede traz propostas de equacionamento das dívidas detidas pelas recuperandas, dentre elas a representada pelo crédito do FI-FGTS, a qual se encontra na classe dos créditos com garantia real. Conforme o mencionado Plano, o proponente apresenta como condições ao FI-FGTS, a partir da data de aprovação até 30 de julho de 2051, inclusive, na forma, condições e em prazo nele descritos,

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

pagamento do valor absoluto da dívida titularidade do FI-FGTS, verificando-se o claro reconhecimento da preservação do crédito do FI-FGTS no valor de R\$ 712.520.

Apesar da recente apresentação do Plano, tendo em vista que este está previsto para ser analisado e deliberado em Assembleia Geral dos Credores a serem realizadas no mês de junho de 2013, existem incertezas relacionadas à definição das condições finais de recebimento do crédito, que envolvem, entre outras, a negociação em curso no âmbito da Assembleia de Credores e a necessidade de validação da capacidade financeira das recuperandas, após a aprovação do Plano.

Desta forma, a Administradora, de modo conservador e a evitar ajustes que apresentem alteração relevante nos dados patrimoniais do FI-FGTS, neste momento, decide por manter o saldo desse Ativo em 31 de dezembro de 2012, ao mesmo valor contábil registrado antes do exercício da opção de venda, no montante de R\$ 275.397, reclassificando-o, da rubrica “Ações sem cotação em bolsa” para a rubrica “Valores a receber”.

Esse montante não reflete o valor de realização do ativo na avaliação da Administradora, tendo em vista as propostas apresentadas no âmbito da Recuperação Judicial, as quais apresentam preservação do valor corrigido aportado pelo FI-FGTS.

d. Energimp S.A.

A Energimp S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, foi constituída em 15 de março de 2000, tendo como objetivo a exploração, por meio de participação em consórcios ou em outras sociedades de usinas de geração de energia elétrica, nas formas permitidas em lei e mediante a obtenção das correspondentes concessões e autorizações; a importação de bens e serviços relacionados com os objetivos mencionados; e a participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 15 de fevereiro de 2013.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

e. ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.

A ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como principais objetivos (i) o desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimentos de produção de biomassa e/ou industrialização de matéria-prima combustível a partir de biomassa destinado à produção de energia térmica e/ou energia elétrica para o fornecimento a terceiros; (ii) a comercialização de energia gerada em tais empreendimentos; (iii) a realização de estudos, gerenciamento, supervisão, operação e manutenção dos referidos empreendimentos; e (iv) a plantação e desenvolvimento de florestas ou cultivo de outras culturas para fins energéticos.

Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de janeiro de 2012 foi aprovada o aumento do capital social da companhia em R\$ 6.614 mediante a emissão de 2.452.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O Fundo integralizou em 03 de fevereiro de 2012, 1.226.000 ações ordinárias no montante de R\$ 3.307.

A ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de março de 2012 aprovou novo aumento de capital social da companhia em R\$ 20.010 mediante a emissão de 7.418.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O Fundo integralizou em 27 de março de 2012, 3.709.000 ações ordinárias no montante de R\$ 10.005.

A ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de junho de 2012 aprovou novo aumento de capital social da companhia em R\$ 3.021 mediante a emissão de 1.120.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O Fundo integralizou em 20 de julho de 2012, 560.000 ações ordinárias no montante de R\$ 1.511.

A ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de julho de 2012 aprovou novo aumento de capital social da companhia em R\$ 2.501 mediante a emissão de 927.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O Fundo integralizou em 31 de agosto de 2012, 463.000 ações ordinárias no montante de R\$ 1.250.

A ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de outubro de 2012 aprovou novo aumento de capital social da companhia em R\$ 5.000 mediante a emissão de 2.350.523 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O Fundo integralizou em 31 de outubro de 2012, 926.785 ações ordinárias no montante de R\$ 2.500.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS**

**(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011**

Em milhares de reais

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 08 de março de 2013.

f. Foz do Brasil S.A.

A Foz do Brasil S.A. foi constituída em 24 de janeiro de 2008 e, por meio de suas controladas, tem como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco em três segmentos: (i) água e esgoto – concessões públicas de água e esgoto; (ii) operações industriais – terceirização de centrais de utilidades; e (iii) resíduos – diagnóstico e remediação de áreas contaminadas, monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, e valorização energética dos resíduos sólidos urbanos.

A Foz do Brasil S.A. e suas controladas são parte integrante da Organização Odebrecht, controlada pela Odebrecht Engenharia Ambiental.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 07 de março de 2013.

g. Foz do Rio Claro Energia S.A.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Claro, municípios de São Simão e Caçu, no estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Engenheiro José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 22 de fevereiro de 2013.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais**

h. Hidrotérmica S.A.

Ações ordinárias

A Hidrotérmica S.A. é uma entidade domiciliada no Brasil e tem por objeto social a execução de empreendimentos de geração e comercialização de energia elétrica, estudos, gerenciamento, supervisão e projetos de empreendimentos energéticos e operação de usinas hidrelétricas.

A companhia opera essencialmente com Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Termelétricas (UTES), cujos prazos de concessão são de 25 e 15 anos, respectivamente.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes que emitiram relatório, datado de 31 de março de 2013, que continha ressalvas quanto: (i) a companhia detém 84% de participação no patrimônio líquido da UTE Central Energética Palmeiras S.A.. A documentação da propriedade do ativo imobilizado da referida UTE está em nome da controladora da Hidrotérmica S.A. (Bolognesi Participações S.A.), detentora de 16% de participação, a qual foi responsável pela administração e gerenciamento da construção. O valor do patrimônio líquido da investida indireta em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 40.768; (ii) as investidas Autódromo, Boa Fé, Criúva e Serrana, têm registrado em seus ativos o montante de R\$ 50.089 relativo a créditos a receber de clientes, que se encontram em processo de recuperação judicial, não havendo provisão para créditos de liquidação duvidosa. Como consequência, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para formar uma opinião sobre os investimentos da controladora e as contas a receber da controlada, bem como a suficiência de provisão para perda do valor recuperável desse investimento e contas a receber e determinar se havia necessidade de ajustes nos valores acima mencionados e seus respectivos efeitos no ativo, resultado e no patrimônio líquido da Hidrotérmica S.A..

i. Ijuí Energia S.A.

A Ijuí Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico que tem por objeto (i) explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões, denominada Usina Hidrelétrica São José, bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora; e (ii) a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais**

A Ijuí Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A..

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 22 de fevereiro de 2013.

j. J Malucelli Energia S.A.

A J Malucelli Energia S.A. tem sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, e tem por objeto social a exploração do ramo de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, geração hidrelétrica e térmica, mediante autorização do Poder Público, importação e comercialização de energia, participação em licitações na privatização de empresas distribuidoras de energia elétrica, representação comercial e comércio de produtos, bens e serviços ligados aos empreendimentos que compõem o objeto social, participação em outras sociedades no país e no exterior, como sócio cotista ou acionista em projetos e empreendimentos ligados ao objeto social.

Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de fevereiro de 2012 foi aprovado o aumento no capital social da companhia no montante de R\$ 50.000 mediante a emissão de 17.112 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas pelo Fundo em 22 de fevereiro de 2012.

Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de julho de 2012 foi aprovado o aumento no capital social da companhia no montante de R\$ 75.000 mediante a emissão de 188.710 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo integralizadas pelo Fundo 77.013 ações no montante de R\$ 30.608 em 02 de agosto de 2012.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório datado de 07 de fevereiro de 2013, com ressalvas quanto a duas empresas investidas da companhia pelo fato de terem iniciado a revisão dos parâmetros de apuração dos valores do “Contas a Receber”, que não foi concluída até a data de emissão do relatório de auditoria de cada investida, como consequência, não foi praticável avaliar, em 31 de dezembro de 2012, a adequação de parte do saldo do “Contas a Receber”, no montante de R\$ 9.304, de uma investida e do saldo do “Contas a Receber” e “Fornecedores”, nos montantes de R\$ 77.982 e R\$ 13.298, respectivamente, da outra investida e os possíveis impactos nas demonstrações

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

financeiras destas investidas. Consequentemente, não foi possível mensurar os efeitos nos investimentos e no resultado de equivalência patrimonial da J Malucelli Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012. Ademais, o relatório dos auditores independentes da companhia contém parágrafo de ênfase devido à companhia apresentar, em 31 de dezembro de 2012, indicativo de existência de dependência financeira de determinadas investidas pré-operacionais em relação aos seus acionistas ou terceiros, para conclusão dos projetos e para a manutenção de suas atividades operacionais quando entrarem em operação e, a consequente, recuperação dos valores registrados em seus ativos não circulantes. Adicionalmente, duas companhias investidas da J Malucelli Energia S.A. dependem da obtenção de licenças ambientais e Termo de Liberação Provisória – TLP para dar continuidade à construção de suas linhas de transmissão de maneira a permitir o subsequente início de suas operações.

k. Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.

A Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A. foi constituída em 18 de maio de 2011 sendo transformada em sociedade por ações, de capital fechado, em 04 de outubro de 2011, e tem por objeto social a participação em sociedades de propósito específico, para o desenvolvimento de parques logísticos, onde serão construídos empreendimentos imobiliários relacionados a logística e indústria leve.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do Fundo pendente de integralização na companhia monta R\$ 15.750 e está registrado na rubrica “Ações a liquidar”, no passivo.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 06 de março de 2013.

l. MDCPAR S.A.

A MDCPAR S.A. foi constituída em 22 de janeiro de 2007 e tem por objeto social, a partir de reforma estatutária introduzida em novembro de 2011, o desenvolvimento, implantação e/ou operação, sob qualquer forma, de negócios, projetos e empreendimentos nas áreas de logística, energia, petróleo e gás natural.

Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2012 foi aprovado o aumento no capital social da companhia no montante de R\$ 6.458 mediante a emissão de 30.535 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas pelo Fundo e registradas na rubrica “Ações a liquidar”, no

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

passivo, em 31 de dezembro de 2012. O Fundo integralizou os recursos na companhia em 11 de janeiro de 2013.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 25 de fevereiro de 2013.

m. Nova Cibe Energia S.A.

A Nova Cibe Energia S.A. tem como objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou internacionais, personificadas ou não, na qualidade de sócio ou acionista em projetos relacionados à produção de energia.

Em 24 de dezembro de 2012 ocorreu a reestruturação do investimento do Fundo detido na Nova Cibe Energia S.A. ("Nova Cibe"), por meio da qual o Fundo trocou a sua posição em participação (ações) por posição em dívida (debêntures).

O Fundo detinha 313.195.150 ações da Nova Cibe em 21 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 194.784, atualizado pelo método de equivalência patrimonial e revisado anualmente para avaliação da necessidade de reconhecimento de eventual perda por redução ao valor recuperável. As ações foram alienadas para a Cibe Energia e Participações S.A. ("Cibe Energia") em 24 de agosto de 2012, conforme "Contrato de Compra e Venda de Ações" firmado nessa mesma data, pelo montante de R\$ 387.900, que foi obtido por meio do saldo acumulado dos aportes de capital efetuados pelo Fundo na Nova Cibe corrigidos pelo IPCA acrescido da taxa de 10% ao ano, incidente a partir da data de cada integralização de capital feita pelo Fundo até a data do evento. O resultado positivo obtido pelo Fundo na alienação das ações da Nova Cibe no montante de R\$ 193.116 foi registrado na rubrica "Lucro na alienação de ações".

As condições de pagamento da operação, conforme previsto no contrato, são as seguintes:

- . R\$ 15.000 a título de sinal, registrado na rubrica "Valores a receber", e
- . R\$ 372.900 por meio da emissão de debêntures da Cibe Energia ao Fundo divididas em duas séries: 1ª série no valor de R\$ 240.000 a ser atualizada pelo IPCA acrescido de 10% ao ano e 2ª série no valor de R\$ 132.900 a ser atualizada pelo IPCA acrescido de 11% ao ano.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS**

**(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011**

Em milhares de reais

O valor das debêntures atualizadas até 31 de dezembro de 2012, conforme critérios acima descritos, monta a R\$ 253.660 na 1ª série e R\$ 140.930 na 2ª série, e o resultado gerado na atualização destas durante o período de 24 de agosto a 31 de dezembro de 2012 totaliza R\$ 20.574 e está registrado na rubrica "Renda de títulos e valores mobiliários".

n. Odebrecht TransPort S.A.

A Odebrecht TransPort S.A. ("OTP"), cuja razão social até 14 de setembro de 2012 era OTP TransPort S.A., foi constituída em 17 de junho de 2010 e tem por objeto social (i) a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou centros logísticos industrial aduaneiros; (ii) a operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens "i" e "ii" acima.

A companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

O Fundo investia na Odebrecht TransPort Participações S.A. ("OTPP"), e em 2012, essa companhia passou por um processo de reestruturação societária com objetivos principais da gestão das atividades e investimentos no segmento de transportes e logística de forma mais eficiente e simplificação de estruturas societárias com consequente redução de custos administrativos. Referido processo ocorreu em etapas:

Em 30 de outubro de 2012, ocorreu a incorporação das ações da OTPPP pela OTP TransPort Participações S.A. ("OTPT"), na forma do artigo 252 da Lei nº 6.404/76, com a conversão da OTPPP em subsidiária integral da OTPT. Em decorrência desse evento foi atribuída 1,079931434037 ação ordinária de emissão da OTPT para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da OTPPP incorporada. Referida relação de substituição das ações da OTPPP pelas ações da OTPT levou em consideração a avaliação econômico-financeira das companhias a que praticamente o único ativo da

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

OTPT é seu investimento na OTPP, de forma que foram emitidas 78.877.909 novas ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, da OTPT para o Fundo em substituição às ações detidas por este último na OTPP.

Em 09 de novembro de 2012, ocorreu a incorporação da totalidade das ações de emissão da OTPT pela OTP, nos termos do artigo 252 da Lei das S.A., com a conversão da OTPT em subsidiária integral da OTP. Em decorrência desse evento foi atribuída 0,692747344507 ação ordinária de emissão da OTP para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da OTPT incorporada. Referida relação de substituição das ações da OTPT pelas ações da companhia levou em consideração a avaliação patrimonial das companhias e que praticamente o único ativo da OTP é seu investimento na OTPT, de forma que foram emitidas 54.642.462 novas ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, da OTP, sendo destinados R\$ 54.642 para aumento de Capital e R\$ 645.320 para Reserva de Capital, que foram subscritas e integralizadas em favor do Fundo, único acionista da OTPT, além da OTP e antigo detentor exclusivo de ações da OTPT incorporadas, que assim recebeu novas ações ordinárias da OTP.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 25 de fevereiro de 2013.

o. Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

A Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (“Lavrinhas”), é uma sociedade de propósito específico, e tem como objetivo construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Lavrinhas, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. Essa central hidrelétrica encontra-se instalada no município de Lavrinhas - SP, no limite entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 09 de outubro de 2012, a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”) exerceu a opção de compra que detinha contra as ações do Fundo de emissão de Lavrinhas, conforme previsto no “Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra das Ações Preferenciais de Emissão da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.”, datado de 02 de outubro de 2008, celebrado entre a Alupar, a Enixe Energias e Participações Ltda. e o Fundo.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS**

**(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011**

Em milhares de reais

O preço de compra é definido com preço de emissão de cada ação subscrito pelo Fundo, atualizado pelo IPCA e acrescido a 7,8% de juros ao ano, desde a data da integralização de cada ação até a data do efetivo pagamento, deduzidos os valores de juros ou dividendos recebidos nesse período.

A Alupar exerceu a opção de compra sobre 20% da totalidade das ações preferenciais detidas pelo Fundo, que corresponde a 4.380.836 ações pelo montante de R\$ 7.168. Com isso o Fundo, passou a deter participação de 39,99% de ações de emissão de Lavrinhas.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 22 de fevereiro de 2013.

p. Usina Paulista Queluz de Energia S.A.

A Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (“Queluz”) é uma sociedade de propósito específico, e tem como objetivo construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Queluz, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. Aquela central hidrelétrica encontra-se instalada no município de Queluz - SP, no limite entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 09 de outubro de 2012, a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”) exerceu a opção de compra que detinha contra as ações do Fundo de emissão de Queluz conforme previsto no “Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra das Ações Preferenciais de Emissão da Usina Paulista Queluz de Energia S.A.” datado de 02 de outubro de 2008 celebrado entre a Alupar, Enixe Energias e Participações Ltda. e o Fundo.

O preço de compra é definido com preço de emissão de cada ação subscrito pelo Fundo, atualizado pela TR e acrescido a 9% de juros ao ano, desde a data da integralização de cada ação até a data do efetivo pagamento, deduzidos os valores de juros ou dividendos recebidos nesse período.

A Alupar exerceu a opção de compra sobre 20% da totalidade das ações preferenciais detidas pelo Fundo, que corresponde a 4.517.310 ações pelo montante de R\$ 6.528. Com isso o Fundo, passou a deter participação de 39,99% de ações de emissão de Queluz.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 22 de fevereiro de 2013.

5.2 - Ações preferenciais resgatáveis Hidrotérmica S.A.

O Fundo adquiriu em 20 de abril de 2011, 67.796.610 ações ordinárias preferenciais, resgatáveis e conversíveis em ações ordinárias, de classe “A”, nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor correspondente a R\$ 200.000, atualizados pela variação acumulada do IPCA, desde a data da subscrição das ações em questão até a data de cada pagamento de dividendos. O resgate das ações será realizado em 11 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro resgate em 20 de abril de 2015.

O saldo das ações preferenciais atualizado pelo IPCA em 31 de dezembro de 2012 monta a R\$ 218.832 (R\$ 207.280 em 2011) e os dividendos mínimos cumulativos totalizam R\$ 26.517 (R\$ 9.971 em 2011).

Os investimentos em ações preferenciais resgatáveis estão apresentados em 31 de dezembro de 2012 conforme quadro abaixo:

Empresa	Data de Emissão	Data Início do Resgate	Data Final de Vencimento	Valor emissão	Valor em 31/12/2011
Hidrotérmica S.A.	20/04/2011	20/04/2015	20/04/2025	200.000	218.832
TOTAL				200.000	218.832

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

5.3 – Resultado de equivalência patrimonial e redução ao valor recuperável

As demonstrações financeiras das respectivas empresas investidas foram disponibilizadas nos meses de fevereiro a abril de 2013. Com base nessas demonstrações financeiras foi aplicado o método de equivalência patrimonial, cujo resultado positivo de equivalência patrimonial contabilizado no exercício de 2012 monta a R\$ 62.672 (em 2011 - R\$ 257.935), e está registrado na rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”.

Em 31 de dezembro de 2012 os valores recuperáveis dos investimentos, incluindo os ágios, foram analisados com base em Avaliações Econômicas Financeiras elaboradas por empresas especializadas independentes, considerando o percentual de participação detido pelo Fundo, como o objetivo de verificar a existência de indícios de perda do valor recuperável dos investimentos. Considerando o resultado das referidas avaliações, foi registrado em 31 de dezembro de 2012 reversão de provisão de perda do valor recuperável dos investimentos no montante de R\$ 160.080 (em 2011 – constituição de provisão de R\$ 207.892), sendo registrado contabilmente na rubrica de “(Redução)/reversão ao valor recuperável do investimento”.

6 Comitê de investimento

O comitê de investimento do Fundo é composto por 12 membros e respectivos suplentes, sendo:

- a) 6 membros representantes da sociedade civil com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 3 da bancada de trabalhadores e 3 da bancada patronal; e
- b) 6 membros representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 1 membro do Ministério do Trabalho e Emprego, 1 membro do Ministério da Fazenda, 1 membro do Ministério das Cidades, 1 membro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1 membro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e 1 membro da Caixa Econômica Federal.

Os membros do Comitê de Investimento são técnicos aprovados e designados pelo Conselho Curador, a partir de indicação dos órgãos e entidade do Governo e das bancadas da Sociedade Civil que o integram. Os membros do Comitê de Investimento do Fundo têm mandato de 2 anos, admitida a recondução. O presidente do Comitê de Investimento deverá ser eleito por, no mínimo, 7 de seus membros, com prazo de mandato de um ano. A presidência será alternada a cada mandato entre representantes da sociedade civil e

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais**

representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal. A eleição do presidente do Comitê de Investimento importará a do vice-presidente, componente da mesma representação da do presidente e indicado previamente à eleição. Em caso de ausência do presidente e vice-presidente às reuniões, os membros do Comitê de Investimento deverão eleger, por maioria simples dos presentes, representante para presidir, exclusivamente, a reunião em que o fato ocorrer.

De acordo com a Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, compete ao Comitê de Investimento, previsto na Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, submeter ao Conselho Curador do FGTS proposta de política de investimento do Fundo e aprovar os investimentos e desinvestimentos do Fundo.

7 Integralização e resgate de cotas

A subscrição inicial de recursos do Fundo correspondeu a R\$ 5.000.000 e foi integralizado da seguinte forma:

- a) o valor de R\$ 50.000 foi integralizado em até 30 dias após o registro do Fundo na CVM; e
- b) o restante foi integralizado após aprovação dos projetos pelo Comitê de Investimento nos respectivos valores.

As integralizações são efetuadas pelo valor da cota apurada no fechamento do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor em favor do Fundo, observado o horário fixado pela Administradora. O valor da cota corresponde à divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de cotas emitidas.

Após a aplicação integral do valor inicial, a Administradora poderá propor ao CCFGTS subscrições adicionais de parcelas de R\$ 5.000.000 cada, até ser atingido o valor limite de R\$ 32.810.539, equivalentes a 80% do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2011.

As integralizações de recursos ocorridas desde o início das atividades do Fundo estão demonstradas abaixo:

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais**

	<u>Quantidade de cotas emitidas</u>	<u>Montante integralizado (R\$)</u>
Aporte inicial em 01/07/2008	50.000.000,0000	50.000
Demais aportes em 2008	8.852.166.037,3926	9.249.032
Demais aportes em 2009	4.129.111.991,3825	4.508.537
Demais aportes em 2010	2.964.626.548,4876	3.469.000
Demais aportes em 2011	527.999.391,7071	649.367
Demais aportes em 2012	2.858.069.264,9930	3.757.854
Total aportado até 31/12/2012	19.381.973.233,9628	21.683.790

Somente haverá resgate de cotas do Fundo quando deliberado pelo CCFGTS.

Em 28 de agosto de 2012, com base na Resolução nº 699 do CCFGTS, foi alterado o regulamento do Fundo, no artigo relacionado ao valor subscrito, que passou a ter a seguinte redação:

“Artigo 17 – Após a aplicação integral do valor inicial, a ADMINISTRADORA poderá propor, ao Agente Operador do FGTS, integralizações adicionais de parcelas de até R\$ 5.000.000 cada, até ser atingido o valor limite de R\$ 32.810.539, equivalente a 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido do FGTS, registrado em 31 de dezembro de 2011, acrescido de R\$ 2.000.000 destinados à integralização de cotas do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS pelos cotistas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, totalizando R\$ 34.810.539.

Parágrafo Único – As propostas para subscrições e integralizações adicionais serão apresentadas pela ADMINISTRADORA ao Agente Operador do FGTS, que as submeterá à aprovação do Conselho Curador do FGTS.”

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais**

8 Gerenciamento de riscos

a. Tipos de riscos

Risco de Mercado

Está relacionado à maior ou menor desvalorização das cotas do Fundo, devido às alterações nas condições macro/micro econômicas e/ou políticas, nacionais e internacionais, que podem impactar o mercado, tais como: oscilações nas taxas de juros prefixadas ou pós-fixadas, índices de preços, taxa de câmbio, preços das ações e/ou índices do mercado acionário. Pelo fato de o Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo aplica manterem seus ativos avaliados diariamente a preços de mercado, nos casos em que houver queda no valor dos ativos, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. As perdas podem ser temporárias, não existindo, contudo, garantias de que possam ser revertidas ao longo prazo. As oscilações do mercado podem afetar com maior intensidade o preço dos ativos de longo prazo.

Risco relacionado às companhias alvos e às sociedades investidas

Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo é feita em participações ou investimentos relacionados a participações que, por sua natureza, envolvem risco do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais. Não se pode garantir que o administrador e/ou o comitê de investimento irão avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preço e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores inerentes aos mesmos e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos. Consequentemente, o desempenho do Fundo em um período específico não pode ser necessariamente um indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

O Fundo investirá na companhia alvo e indiretamente nas sociedades controladas pela companhia alvo, as quais atuam em setores regulamentados, como por exemplo, os setores de energia elétrica, saneamento, ferrovias, portos, rodovias. As operações de tais sociedades estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS**

**(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011**

Em milhares de reais

exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas sociedades. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho dessas sociedades e do Fundo. Além disso, não há garantia de que essas sociedades acompanhem *pari passu* o desempenho do seu respectivo setor.

Risco de Crédito

Está relacionado à possibilidade dos emissores ou contrapartes dos ativos que fazem ou venham a fazer parte da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimentos nos quais o Fundo investe não cumprirem suas obrigações de pagamento do principal e dos respectivos juros de suas obrigações, por ocasião dos vencimentos finais e/ou antecipados. Adicionalmente, os contratos de derivativos estão eventualmente sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da instituição garantidora não poder honrar sua liquidação.

Risco de Liquidez

Está relacionado à possibilidade de o Fundo não ter recursos necessários para o cumprimento de suas obrigações de pagamento de resgates de cotas deliberados pelo Conselho Curador do FGTS nos prazos legais ou no montante solicitado, em decorrência de condições atípicas de mercado ou possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos componentes da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo investe, por condições específicas atribuídas a tais ativos ou aos mercados em que são negociados. A falta de liquidez no mercado também pode ocasionar a alienação dos ativos por valor inferior ao efetivamente contabilizado e pode afetar com maior intensidade os ativos de longo prazo. Essas dificuldades podem se estender por períodos longos e serem sentidas mesmo em situações de normalidade nos mercados.

b. Gerenciamento de riscos

A Administradora possui uma área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os investimentos do Fundo. Para o gerenciamento do risco são utilizados modelos estatísticos, tais como o VaR (“Value at Risk”) que mensura a perda máxima esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado e a análise de “stress” que é utilizada para estimar a perda potencial, considerando-se um certo nível de confiança, sob as condições mais adversas de mercado ocorridas em determinado período, ou sob

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

cenários de “stress”. O controle do risco de crédito é realizado por meio de uma política de crédito e um processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do Fundo.

A despeito da diligência da Administradora na defesa dos interesses dos cotistas e na busca pela constituição de instrumentos mitigadores de risco, não há garantia de que os recursos investidos estarão imunes à influência dos riscos mencionados.

O Fundo não realizou operações com instrumentos derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

9 Taxa de administração

A taxa de administração paga pelo Fundo corresponde a 1,0% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzidos os valores aplicados em disponibilidades. Sobre as disponibilidades, incide a taxa de administração de 0,10% ao ano. De acordo com o regulamento do Fundo, as disponibilidades referem-se às aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e saldo de caixa. A remuneração é provisionada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A correspondente despesa, no exercício, foi R\$ 175.531 (em 2011 - R\$ 159.207).

A taxa de administração não compreende os serviços de custódia, controladoria e demais serviços contratados pelo Fundo e é vedada a cobrança de taxa de performance.

10 Encargos e despesas debitadas ao Fundo

Os encargos e as despesas debitados ao Fundo e os seus respectivos percentuais em relação ao patrimônio líquido médio do exercício de R\$ 23.081.800 (R\$ 19.861.305 em 2011) são os seguintes:

	Taxa de Administração		Outras despesas	
	R\$	%	R\$	%
31 de dezembro de 2012	175.531	0,76	853	-
31 de dezembro de 2011	159.207	0,80	271	-

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais**

11 Custódia

As operações compromissadas e os títulos públicos federais estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil e as ações estão registradas nos Livros de Registro de Ações das empresas investidas. O Fundo possui debêntures escriturais e debêntures registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

12 Legislação tributária

Conforme a Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007, são isentos de imposto de renda os ganhos do Fundo. A atual legislação fiscal estabelece que os recursos estão sujeitos a alíquota zero no que se refere ao Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF/Títulos).

13 Valor da cota e rentabilidade do Fundo

A rentabilidade do Fundo e o valor da cota de encerramento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foram os seguintes:

Data	Valor da cota (R\$)	Rentabilidade anual (%)
31 de dezembro de 2010	1,181760	-
31 de dezembro de 2011	1,271922	7,63
31 de dezembro de 2012	1,363773	7,22

14 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

15 Contrato de prestação de serviços

A Administradora contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de tesouraria, custódia, controle de ativos e passivos relativos ao Fundo.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

16 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, o Fundo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, somente contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço ao Fundo. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

17 Eventos subsequentes

(a) Em 24 de janeiro de 2013, o Fundo recebeu R\$ 64.247 referente à amortização antecipada da 2ª série de debêntures da Cibe Energia e Participações S.A. em virtude da alienação de ações representativas de 80% do capital da Energética Suape II S.A..

(b) Em 07 de fevereiro de 2013, o Fundo firmou “Boletim de Subscrição e Declaração de Integralização do Fundo de Investimento em Participações Sondas” e “Instrumento Particular de Compromisso de Investimento” nos quais o Fundo se compromete a subscrever e integralizar 634.146.341 cotas de emissão do Fundo de Investimento em Participações Sondas, bem como pagar as respectivas taxas de ingresso, perfazendo o montante de R\$ 650.000.

Em 10 de maio de 2013, o Fundo integralizou recursos no montante de R\$ 199.918 no Fundo de Investimento em Participações Sondas, sendo que R\$ 4.876 refere-se a taxa de ingresso e R\$ 195.042 refere-se ao preço de aquisição de cotas do fundo.

(c) Em 19 de fevereiro de 2013, o Fundo adquiriu 1.850 debêntures emitidas pela Sete Brasil Participações S.A. ao preço de R\$ 1.000 (um milhão de reais) cada. Os recursos obtidos com a emissão das debêntures serão utilizadas para o financiamento do programa de investimentos da emissora, que envolve a construção de 28 sondas de águas ultra profundas a serem construídas no Brasil e afretadas pelas subsidiárias da companhia para a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

(d) Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2013 foi aprovado o aumento de capital na ERB - Energias Renováveis do Brasil S.A., no montante de R\$ 5.000, mediante a emissão de 1.853.570 ações ordinárias

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais**

nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu 926.785 ações, no montante de R\$ 2.500, as quais foram integralizadas em 14 de março de 2013.

- (e) Em 28 de março de 2013, visando o processo de abertura de capital da Alupar Investimento S.A., a companhia adotou a estratégia de desdobramento ou “split” de suas ações ordinárias e preferenciais, na proporção de 03 (três) unidades para cada unidade atual, com a finalidade de melhorar a sua liquidez. Vale destacar que no processo de desdobramento das ações, não houve redução do valor da Companhia, somente a multiplicação da quantidade de ações, mantendo-se os mesmos percentuais de participação.

O quadro acionário, após o desdobramento, ficou da seguinte forma:

Acionista	Qtde de ações ordinárias	Qtde atual de ações ordinárias após split	Qtde de ações preferenciais	Qtde atual de ações preferenciais após Split	Participação no capital total (%)
Guarupart	129.203.332	387.609.996	5.463.668	16.391.004	82,16%
FI-FGTS	9.747.668	29.243.004	19.495.332	58.485.996	17,84%
Total	138.951.000	416.853.000	24.959.000	74.877.000	100,00%

No dia 23 de abril de 2013, data da abertura de capital da Alupar Investimento S.A., a nova composição acionária da Companhia passa a ser:

Acionista	Ações Ordinárias	(%)	Ações Preferenciais	(%)	Total	(%)
Guarupart	387.609.996	84,04%	16.391.004	10,02%	404.001.000	64,65%
FI-FGTS	29.243.004	6,34%	58.485.996	35,74%	87.729.000	14,04%
Outros	44.390.600	9,62%	88.781.200	54,25%	133.171.800	21,30%
Total	461.243.600	100%	163.658.200	100%	624.901.800	100%

A partir de 24 de abril de 2013, a ALUPAR passou a ter Units negociadas na BM&F BOVESPA no Nível 2 de governança corporativa. O código do ativo é ALUP11.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais**

-
- (f) Em 16 de abril de 2013, o Fundo integralizou recursos no montante de R\$ 30.308 na Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A..
- (g) Em 26 de fevereiro de 2013 foi realizada Assembleia Geral de Cotistas do Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia ("FIP Amazônia) e foi deliberada nova chamada de capital para subscrição e integralização de cotas, no montante de R\$ 46.000, para atender a chamada de capital da investida Madeira Energia S.A. – MESA. O outro cotista do FIP Amazônia subscreveu e integralizou integralmente os recursos. Em 15 de março de 2013 foi firmado "Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Cotas" entre o FI-FGTS e aquele cotista. Em 22 de abril de 2013 o FI-FGTS exerceu a opção de compra e foi efetivada a transferência de 26.978.013,52 cotas do FIP Amazônia daquele cotista para o cotista FI-FGTS pelo montante de R\$ 22.954.

**Castoamor Simões
Contador CRC-1SP 193.672/O-5**

**Marcos Roberto Vasconcelos
Vice Presidente**

* * *